

# SUMÁRIO

## **Capítulo 1**

### **INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO DESPORTIVO ..... 33**

Introdução.....	33
1.1. Especificidades do trabalho desportivo .....	33
1.2. Direito do trabalho desportivo enquanto disciplina jurídica .....	39
1.3. Nomenclatura – direito do trabalho desportivo/direito desportivo trabalhista/ direito desportivo do trabalho .....	41
1.4. Constitucionalidade do trabalho desportivo.....	43
1.5. Abrangência e trabalhos genuinamente regulamentados no trabalho despor- tivo.....	46

## **Capítulo 2**

### **DIREITO DO TRABALHO DESPORTIVO: FIGURAS ELEMENTARES DO CONTRATO ES- PECIAL DE TRABALHO DESPORTIVO E ESPÉCIES CONTRATUAIS RELACIONADAS ..... 49**

Introdução.....	49
2.1. Modalidades de prática desportiva .....	49
2.2. O profissionalismo relacionado ao trabalho do praticante desportivo e a ino- vação do art. 28-A da lei n. 12.395/11 .....	55
2.3. A precariedade do regime jurídico específico do direito do trabalho desportivo no brasil .....	60
2.4. Definição de atleta profissional.....	61
2.5. Contrato especial de trabalho desportivo e sujeitos da relação jurídica atlética trabalhista.....	63
2.5.1. Pré-contrato ou contrato preliminar especial de trabalho desportivo...	67
2.5.2. Contrato especial de trabalho desportivo e contrato de cessão de di- reitos econômicos.....	69
2.5.3. Contrato de trabalho desportivo eletrônico ( <i>e-sports</i> ).....	70
2.6. O profissionalismo “encapotado”, “marrom” ou “camuflado” e a primazia da realidade sobre forma .....	72
2.7. Regulamentação especial do trabalho do atleta e aplicação subsidiária.....	79

**Capítulo 3****ENQUADRAMENTO LEGAL DO EMPREGADO DESPORTIVO HIPERSUFICIENTE APÓS O VIGOR DA REFORMA TRABALHISTA..... 83**

Introdução..... 83

3.1. Empregado desportivo hipersuficiente..... 84

**Capítulo 4****CONTRATO ESPECIAL DE TRABALHO DESPORTIVO E CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE..... 89**

Introdução..... 89

4.1. A incompatibilidade do contrato de trabalho intermitente com o trabalho desportivo..... 89

**Capítulo 5****DIREITOS ESPECIAIS DA RELAÇÃO DE EMPREGO DESPORTIVO ELENCADOS NA LEI PELÉ..... 97**

Introdução..... 97

5.1. Concentração, viagens, pré-temporada, preleção..... 97

5.2. Repouso semanal remunerado ou descanso semanal remunerado..... 100

5.3. Férias..... 100

5.4. Duração do trabalho desportivo semanal..... 102

5.5. Intervalos intrajornada, interjornada e entre partidas..... 103

5.6. Cláusula de prorrogação automática do contrato especial de trabalho desportivo..... 106

5.7. Quitação das férias e décimo terceiro na dissolução contratual antes do prazo final do contrato..... 106

5.8. Inaplicabilidade do regime geral de multa rescisória dos artigos 479 e 480 da CLT ao contrato especial de trabalho desportivo..... 107

5.9. Recusa de trabalho do atleta empregado em face de mora salarial..... 108

5.10. Cedência do atleta empregado para servir à seleção nacional..... 110

5.11. Participações em competições profissionais e limite de idade do atleta não profissional..... 112

5.12. Limites à prática do profissionalismo desportivo..... 112

5.13. O visto de trabalho para o empregado desportivo estrangeiro..... 114

5.14. Exames médicos e clínicos periódicos obrigatórios..... 115

**Capítulo 6****SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO TÍPICAS DO CONTRATO ESPECIAL DE TRABALHO DESPORTIVO..... 117**

Introdução..... 117

6.1. Suspensão típica do contrato especial de trabalho desportivo prevista expressamente na lei Pelé..... 118

6.2. Interrupção típica do contrato especial de trabalho desportivo prevista expressamente na lei Pelé.....	120
6.3. Suspensão e interrupção típicas do contrato especial de trabalho desportivo implicitamente previstas na cessão temporária da lei Pelé .....	120

### **Capítulo 7**

#### **A REMUNERAÇÃO DO ATLETA EMPREGADO..... 123**

Introdução.....	123
7.1. Salário e remuneração no emprego desportivo .....	124
7.2. Salário base .....	126
7.3. Luvas.....	126
7.4. Bichos.....	129
7.5. Salário utilidade (salário <i>in natura</i> ).....	133
7.6. Salário produção .....	135
7.7. Gratificações.....	139
7.8. Abonos .....	140
7.9. Décimo terceiro salário .....	141
7.10. Depósitos do FGTS .....	141
7.11. Horas em concentração .....	143
7.12. Horas de trajeto ou percurso (horas <i>in itineres</i> ) .....	146
7.13. (Im)possibilidade de adicionais integrantes do salário no emprego desportivo....	148
7.13.1. Adicional de Horas Extras .....	148
7.13.2. Adicional noturno .....	149
7.13.3. Adicional de Insalubridade.....	154
7.13.4. Adicional de Periculosidade.....	156
7.13.5. Adicional de Transferência.....	157
7.14. Equiparação salarial .....	157
7.15. Premiação auferida pela competição.....	159
7.16. Parcela do percentual do direito de arena distribuída ao atleta empregado.....	160
7.17. Parcela recebida pela cedência do direito de imagem.....	162

### **Capítulo 8**

#### **OBRIGAÇÕES ESPECIAIS E FIGURAS ESPECÍFICAS DE JUSTA CAUSA DO CONTRATO ESPECIAL DE TRABALHO DESPORTIVO..... 165**

Introdução.....	165
8.1. Poder(es) disciplinar(es) do contrato especial de trabalho desportivo .....	166
8.2. Despedida com justa causa do atleta profissional: uma ocorrência rara. Rescisão indireta do contrato especial de trabalho desportivo (justa causa do empregador); ocorrência comum .....	170
8.3. Obrigações especiais e figuras específicas de justa causa do empregado desportivo .....	176

8.3.1. Mala Preta e Mala Branca.....	188
8.4. Obrigações especiais e figuras específicas de justa causa do empregador desportivo (rescisão indireta do contrato especial de trabalho desportivo).....	191

**Capítulo 9****SANÇÃO PECUNIÁRIA DISCIPLINAR (Multa salarial) NA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA DESPORTIVA (CONTRATO ESPECIAL DE TRABALHO DESPORTIVO) ..... 207**

Introdução.....	207
9.1. Sanção pecuniária disciplinar – multa salarial.....	207
9.2. Incompatibilidade atual da sanção pecuniária disciplinar (multa salarial) com a relação empregatícia desportiva.....	210

**Capítulo 10****EXTINÇÃO DO CONTRATO ESPECIAL DE TRABALHO DESPORTIVO ENVOLVENDO AS CLÁUSULAS RESCISÓRIAS E O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) ..... 213**

Introdução.....	213
10.1. Término regular da vigência do contrato e cláusulas.....	214
10.2. Distrato no contrato e cláusulas.....	216
10.2.1. O Distrato entre Fred e Clube Atlético Mineiro envolvendo o Cruzeiro Esporte Clube.....	218
10.2.2. Consentimento em distrato.....	222
10.3. Rescisão unilateral antecipada (resilição) e cláusulas.....	224
10.4. Rescisão indireta por inadimplemento salarial e cláusulas.....	226
10.5. Rescisão indireta prevista na legislação trabalhista e cláusulas.....	229
10.6. Dispensa imotivada do empregado desportivo e cláusulas.....	229
10.7. Despedida com justa causa do empregado desportivo e cláusulas.....	230
10.8. Culpa recíproca e cláusulas.....	232
10.9. Cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão nos moldes dos contratos a prazo indeterminado (art. 481 da CLT) e contrato especial de trabalho desportivo.....	233
10.10. Regime do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e multa da cláusula compensatória desportiva.....	236
10.11. Multa do art. 479 Da CLT e multa da cláusula compensatória desportiva.....	240

**Capítulo 11****CLÁUSULA INDENIZATÓRIA DESPORTIVA E CLÁUSULA COMPENSATÓRIA DESPORTIVA ..... 243**

Introdução.....	243
11.1. Vínculo trabalhista, vínculo desportivo e cessão de direitos econômicos.....	245
11.1.1. Diferença entre passe, cláusula penal desportiva e cláusulas de extinção do contrato especial de trabalho desportivo (indenizatória e compensatória).....	249

11.2. Cláusula indenizatória desportiva e cláusula compensatória desportiva.....	253
11.2.1. Diferenciação Proporcional entre a Cláusula Indenizatória Desportiva e a Cláusula Compensatória Desportiva: Transgressão aos Princípios da Proteção e Igualdade ou Pré-Compreensão da Teoria do Terceiro Cúmplice?.....	257
11.2.2. Responsabilidade Solidária pelo Pagamento da Cláusula Indenizatória Desportiva e Teoria do Terceiro Cúmplice .....	261

### **Capítulo 12**

#### **CESSÃO TEMPORÁRIA (VULGO EMPRÉSTIMO) NO CONTRATO ESPECIAL DE TRABALHO DESPORTIVO ..... 263**

Introdução.....	263
12.1. Especificidade do instituto da cessão/cedência temporária no trabalho do empregado desportivo.....	265
12.2. Enquadramento legal com formalidade, natureza jurídica e requisitos da cessão temporária .....	269
12.3. Cessão temporária, cláusula do medo e regulamentos das competições .....	277
12.4. Cessão temporária e normas federativas de transferências de atletas .....	279
12.5. Fenômeno da bipartição no contrato de cessão temporária trabalhista desportiva .....	280
12.6. Suspensão, interrupção e reponsabilidade pelas obrigações trabalhistas na cessão temporária da relação empregatícia desportiva.....	283
12.7. Rescisão indireta (justa causa) do empregador por mora salarial contumaz na cessão temporária trabalhista desportiva .....	287
12.8. Cessão temporária e direito de ocupação efetiva.....	289
12.9. Subcessão temporária .....	290
12.10. Aplicação da lei material trabalhista na cessão temporária internacional.....	292
12.11. Aplicação da lei processual trabalhista na cessão temporária internacional....	294

### **Capítulo 13**

#### **DIREITO DE ARENA E DIREITO DE IMAGEM NO CONTRATO ESPECIAL DE TRABALHO DESPORTIVO ..... 297**

Introdução.....	297
13.1. Direito de arena: terminologia e breve referencial histórico-normativo.....	297
13.2. Direito de arena: conceito, titularidade e distinção do direito de imagem .....	299
13.3. Direito de arena: natureza jurídica das parcelas distribuídas aos atletas.....	304
13.3.1. Natureza Jurídica Antes da Lei N. 12.395/11 .....	304
13.3.2. Natureza Jurídica Após a Lei N. 12.395/11 .....	308
13.3.3. Redução do Percentual do Direito de Arena dos Atletas.....	311
13.3.4. Recebimento da Parcela do Direito de Arena .....	314
13.4. Direito de arena e direito de imagem: dificuldades em conceitos e aplicações....	317
13.5. Direito de arena da modalidade do futebol.....	324

**Capítulo 14****SEGURO DE VIDA, ACIDENTE DO ATLETA EMPREGADO E A RESPONSABILIDADE CIVIL NO CONTRATO ESPECIAL DE TRABALHO DESPORTIVO ..... 327**

Introdução.....	327
14.1. O seguro do art. 45 da lei Pelé.....	327
14.2. A responsabilidade civil no infortúnio da relação empregatícia desportiva.....	330

**Capítulo 15****DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS, DIREITOS DE PERSONALIDADE NO TRABALHO DESPORTIVO: COLISÕES, ENTIDADES IDEOLÓGICAS OU DE TENDÊNCIA E O HABEAS CORPUS..... 341**

Introdução.....	341
15.1. Os direitos humanos fundamentais, direitos de personalidade no trabalho desportivo e colisões.....	341
15.2. Os direitos humanos fundamentais, direitos de personalidade no trabalho desportivo, colisões e entidades ideológicas ou de tendência.....	345
15.3. O <i>habeas corpus</i> como instrumento efetivo da liberdade de trabalho desportivo, enquanto norma de direito humano fundamental de eficácia privada (externa).....	348

**Capítulo 16****DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E O ATO DE EXECUÇÃO CONCENTRADA NO TRABALHO DESPORTIVO ..... 357**

Introdução.....	357
16.1. Desconsideração da personalidade jurídica.....	358
16.2. Desconsideração da personalidade jurídica na satisfação dos créditos trabalhistas desportivos e a responsabilidade dos dirigentes.....	359
16.3. Créditos trabalhistas desportivos e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	367
16.4. O ato de execução concentrada.....	369
16.5. Regime centralizado de execuções.....	377

**Capítulo 17****O TRABALHO DE FORMAÇÃO DESPORTIVA..... 381**

Introdução.....	381
17.1. Regulamentação e especificidade do contrato de formação/aprendizagem desportiva.....	382
17.2. Prática desportiva de atletas menores.....	387
17.3. Contrato de formação desportiva.....	391
17.3.1. Formalidade, Duração, Idade Mínima e Máxima, Auxílio Financeiro....	392
17.3.2. Requisitos e Caracterização.....	395
17.3.3. Indenização de Formação.....	397
17.3.4. Direito de Preferência.....	400

17.3.5. Mecanismos de Solidariedade.....	404
17.4. Importância da fiscalização na sistemática do contrato de formação desportiva .....	406
17.5. Competência para apreciação dos litígios no contrato de formação desportiva, nas categorias de bases e o papel de auxílio da justiça desportiva.....	409
<b>Capítulo 18</b>	
<b>O TRABALHO DOS TREINADORES PROFISSIONAIS DE FUTEBOL (LEI N. 8.650/93 E ART. 90-E DA LEI N. 9.615/98) .....</b>	<b>417</b>
Introdução.....	417
18.1. A relação de trabalho do treinador profissional (técnico) de futebol na lei n. 8.650/93 e a abrangência do seu objeto principal .....	418
18.2. Os sujeitos da relação regida pela lei n. 8.650/93.....	421
18.3. Direitos do treinador (técnico) profissional .....	423
18.4. Deveres do treinador (técnico) profissional .....	426
18.5. Contrato do treinador (técnico) profissional .....	428
18.6. Remuneração do treinador (técnico) profissional .....	434
18.6.1. Salário Base .....	435
18.6.2. Gratificações .....	435
18.6.3. Prêmios .....	436
18.6.4. Bonificações.....	437
18.6.5. Luvas.....	438
18.7. Aplicação subsidiária da legislação do trabalho e da previdência social .....	440
<b>Capítulo 19</b>	
<b>O TRABALHO DO PEÃO DE RODEIO, LAÇO, VAQUEIRO PRATICANTE DA VAQUEJADA E ATLETAS DE ESPORTES ENVOLVENDO ANIMAIS (OS EQUIPARADOS DA LEI N. 10.220/01, LEI N. 10.519/02, LEI N. 13.364/16 MODIFICADA PELA LEI N. 13.873/19) E A RELAÇÃO COM A LEI N. 12.870/13 .....</b>	<b>443</b>
Introdução.....	443
19.1. Os sujeitos dos contratos de trabalho regidos pelas leis ns. 10.220/01, 10.519/02, 13.364/16 E 13.873/19 .....	444
19.2. Idade mínima para contratação.....	447
19.3. O contrato especial de trabalho do peão de rodeio, de laço, do vaqueiro da vaquejada e dos demais trabalhadores de desportos envolvendo animais .....	448
19.4. Jornada de trabalho.....	451
19.5. Remuneração do peão de rodeio, vaqueiro da vaquejada e demais praticantes dos esportes com animais .....	452
19.5.1. Salário Base .....	453
19.5.2. Gratificações .....	453
19.5.3. Prêmios .....	454
19.5.4. Bonificações.....	455

19.5.5. Luvas.....	456
19.6. Impedimento de competir da entidade promotora (empregadora desportiva) por inadimplemento (mora) salarial.....	459
19.7. Seguro de vida, seguro contra acidentes e responsabilidade civil do empregador desportivo equestre.....	461
19.8. O trabalho do peão de rodeio, peão de laço, vaqueiro da vaquejada, demais desportistas equestres e o trabalho do vaqueiro da lei n. 12.870/13.....	464
19.9. O trabalho e o questionamento constitucional da prática dos esportes de vaquejada, rodeio, laço e demais modalidades equestres ou envolvendo animais.....	465

**Capítulo 20****O TRABALHO DOS ÁRBITROS E AUXILIARES DE FUTEBOL (LEI N. 12.867/13 E ART. 88 DA LEI N. 9.615/98) ..... 469**

Introdução.....	469
20.1. A relação de trabalho dos árbitros e auxiliares de futebol na lei n. 12.867/2013 e a abrangência do seu objeto principal.....	470
20.2. Os sujeitos da relação regida pela lei n. 12.867/13.....	474
20.3. Obrigações da equipe de arbitragem.....	475
20.4. Direitos da equipe de arbitragem.....	476
20.5. Remuneração.....	478
20.6. Aplicação das leis.....	480

**Capítulo 21****AGENTE DESPORTIVO ..... 481**

Introdução.....	481
21.1. Breves apontamentos históricos.....	481
21.2. Nomenclatura e funções.....	487
21.3. Previsão legal.....	488
21.4. Natureza jurídica da atividade do agente desportivo.....	495
21.5. Remuneração.....	498
21.5.1. Regulamento Nacional de Intermediários 2021 da CBF e Remuneração.....	499

**Capítulo 22****PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO DESPORTIVO E A UNICIDADE PRESCRICIONAL..... 505**

Introdução.....	505
22.1. Prescrição e decadência no trabalho desportivo.....	506
22.2. Prescrição intercorrente no trabalho desportivo.....	510
22.3. Unicidade para fins de prescrição no contrato de trabalho desportivo.....	514

22.4. Unicidade para fins de prescrição no contrato de trabalho desportivo do art. 28 da lei Pelé, da lei n. 8.650/93 c/c art. 90-E da lei Pelé e leis ns. 10.220/01, 10.519/02, 13.364/16, 13.873/19.....	517
<b>Capítulo 23</b>	
<b>DIREITO COLETIVO DO TRABALHO DESPORTIVO.....</b>	<b>527</b>
Introdução.....	527
23.1. Direito coletivo do trabalho desportivo.....	528
23.2. Normas especiais laterais do direito coletivo do trabalho desportivo.....	529
23.3. A significância das normas coletivas e do direito de greve no trabalho desportivo.....	532
23.4. A arbitragem nos conflitos individuais trabalhistas desportivos.....	538
<b>Capítulo 24</b>	
<b>JUSTIÇA DO TRABALHO E JUSTIÇA DESPORTIVA .....</b>	<b>549</b>
Introdução.....	549
24.1. Competência material da justiça do trabalho sobre conflitos trabalhistas desportivos.....	550
24.1.1. Reflexos das decisões da justiça do trabalho sobre o vínculo desportivo .....	553
24.1.2. Competência territorial das varas do trabalho em ajuizamento de reclamação trabalhista desportiva .....	553
24.2. Competência material da justiça desportiva .....	558
24.2.1. Reflexos das decisões da justiça desportiva sobre o vínculo trabalhista.....	560
24.3. Distinção entre as competências materiais da justiça do trabalho e da justiça desportiva .....	565
24.3.1. <i>Fair Play</i> Financeiro Trabalhista .....	572
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>579</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>601</b>